

**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 43ª REUNIÃO**

Data: 1º de julho

Locais: Miniauditório da SRH, Brasília/DF.

PARTICIPANTES CTPOAR:

- Ministério das Cidades: Tatiana de C. Benevides (tatiana.benevides@cities.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional: Ana Teresa Mattos Ponte (anateresa@dnocs.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luciano M. C. da Silva (lmeneses@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRH: Roberto A. Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Dário Moraes de Almeida (dario.almeida@dnpm.gov.br)
- Ministério da Saúde: Andréa S. e Silva (andrea.silva@funasa.gov.br)
- Conselhos Estaduais MG/ES: Marília Carvalho de Melo (marilia.melo@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais CE/BA: Fernando Fernandes da Silva (ffsilva@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais PB/PE: Maria Lorenzza P. Leite (lorenzza@sectma.pe.gov.br)
- Conselhos Estaduais RN/AL: Anízia Maria de B. Costa (aniziamaria@rn.gov.br)
- Conselhos Estaduais PI/SE: João Carlos Santos da Rocha (jcsdr@uol.com.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Antônio Marques de Souza (antonions@sanepar.com.br)
- Indústria: Marcelo Taylor de Lima (mtaylor@firjan.org.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Augusto de Araújo Almeida Netto (augusto@semarh.goias.gov.br)
- Organizações não Governamentais: Cláudio Bedran (proverde@terra.com.br)

CONVIDADOS:

- Alexander Gonçalves da Silva – CEMIG – (agsacamp@cemig.com.br)
- Greice Bastos Federmann – CEMIG – (greice@cemig.com.br)
- Jaciara Rezende – SRH/MMA – (jaciara.rezende@mma.gov.br)
- José Cupertino Tenório Netto – ANBINAM / SINDINAM (abinam@abinam.com.br)
- Marcelo Garcia Miranda Diniz – IEMA/ES – (mgmdiniz@yahoo.com.br)
- Marina Scalón – SGM/MME – (marina.scalon@mme.gov.br)
- Maria de Lourdes Pereira dos Santos – CVRD – (maria.lourdes.santos@cverd.com.br)
- Oswaldo F. Rosseto Júnior – DM-ST/SP – (orosseto@sp.gov.br)
- Sandra Ferraz Wanderley – SECTMA/PE – (sandraferraz@sectma.pe.gov.br)
- Viviani Pineli Alves- SRH/MMA – (viviani.alves@mma.gov.br)

RELATORIA CTPOAR:

- Raquel Scalia Alves Ferreira (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 10h10 do dia 1º de julho do ano de dois mil e cinco, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 43ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do

51 Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente da CTPOAR agradeceu a
52 presença, e passou diretamente para o item 4 da pauta. *Item 4 – Relato sobre o andamento dos*
53 *trabalhos do GT Pl 1616-Outorga.* O Sr. Luciano (ANA) iniciou o relato referente aos
54 resultados da 5ª Reunião do GT ressaltando que a conclusão quanto aos arts. 13 e 14 foi pela
55 supressão, considerando ser assunto específico de um Plano, não necessitando estar em um
56 capítulo específico sobre outorga. Referente ao art. 16 informou que durante a reunião do
57 grupo foi apresentado o parecer da ANA que trata de outorga de UHEs e a dominialidade do
58 corpo hídrico. Como não foi estabelecido consenso, no grupo, sobre o assunto, a Sra. Andréa
59 se prontificou a apresentar o parecer da ANEEL sobre o mesmo tema, para a conclusão na
60 próxima reunião. Para o art. 19 estabeleceram que uma nova redação poderia ser apresentada
61 na próxima reunião, mas que se isso não acontecesse o artigo seria suprimido, por
62 considerarem muito detalhado. Quanto ao capítulo de fiscalização, foi realizada uma leitura e
63 solicitou-se que a ANA apresentasse, para próxima reunião, uma nova redação seguindo o
64 modelo da Lei nº 9.433/97, considerando que o grupo concluiu que a fiscalização seria mais
65 um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, estando isso inserido no art.
66 41 da PL 1616. A Sra. Leila (CERH/SP) comentou sobre a importância desse novo
67 instrumento, devido o seu caráter complementar ao instrumento outorga e por apresentarem
68 características de comando e controle. Manifestou-se favoravelmente à delegação da
69 fiscalização para os órgãos estaduais, considerando-se que, pela Lei nº 9.984/00, define que a
70 ANA pode delegar a outorga para os estados, e por um caráter de complementaridade deveria
71 delegar também a fiscalização. Ponderou sobre a discrepância existente atualmente, estando a
72 outorga em rios federais (delegável) sob responsabilidade estadual e a fiscalização apenas sob
73 responsabilidade federal (não delegável). Apontou a necessidade do grupo discutir a inserção
74 de um artigo específico sobre outorga de lançamento, devido às suas peculiaridades. *Item 5 –*
75 *Apresentação sobre os critérios de outorga adotados pelos Estados em seus planos de*
76 *recursos hídricos (SP, MG, ES, BA, RN, SE e PE).* A Sra. Leila (CERH/SP) explicou que
77 essas apresentações seriam realizadas com o intuito de auxiliar na elaboração do Plano
78 Nacional de Recursos Hídricos, no tocante a outorgas, considerando a necessidade do Plano
79 espelhar as realidades estaduais. A representante de São Paulo, Sra. Leila, iniciou sua
80 apresentação com o histórico da legislação, de 1951 até a atualidade; destacou o objetivo e os
81 princípios da Constituição Estadual; os instrumentos e mecanismos da Política de Recursos
82 Hídricos Estadual, com ênfase nos Planos: estadual (critérios, condições e objetivos de caráter
83 global ou regional), quadrienal, de Bacia (prioridades de uso, indicadores probabilísticos,
84 indicadores de qualidade e restrições de uso) e relatórios de situação (avaliação da qualidade,
85 balanço hídrico superficial e subterrâneo, e disponibilidade e demanda); a forma de
86 gerenciamento do estado; as atividades que necessitam de outorga no estado; o cadastro de
87 usuários; a Lei que estabelece o Plano Estadual. Comentou que estão tentando “uniformizar”
88 os planos de bacia, considerando a qualidade das informações desejadas. Ressaltou que no
89 Plano Estadual, os critérios presentes para Outorga são: o art. 12 da Lei Estadual 9034/94,
90 prioriza os usos de recursos hídricos; o art. 14, que trata da definição de bacia crítica (a soma
91 das vazões captadas em uma bacia hidrográfica, superar 50% da vazão de referência,
92 especificando as medidas que deverão ser adotadas; o art. 13 que estabelece o estímulo para a
93 formação de associações de irrigantes e a emissão de Outorgas coletivas, nas bacias onde
94 existam concentrações de irrigantes. Comentou por fim, que o único critério para uso
95 insignificante no Estado, diz respeito ao uso de águas subterrâneas, até 50m³/dia, em usos
96 residenciais rurais ou urbanos, sujeito, no entanto, a cadastro. A representante de Minas
97 Gerais, Sra. Marília (CERH/MG), iniciou sua apresentação informando que o estado ainda
98 não elaborou o seu Plano de Recursos Hídricos, e destacou as bacias que já o fizeram: Velhas,
99 Paracatu e Piracicaba (lado mineiro). Apresentou a legislação vigente sobre o assunto; os
100 critérios de outorga adotados baseados nas portarias administrativas do IGAM; as

modalidades da outorga; os usos insignificantes; o formulário utilizado; os custos para obtenção de outorga; as informações técnicas principais para elaboração do processo de outorga; os usos sujeitos à outorga; a ferramenta de geoprocessamento utilizada para a análise da solicitação da outorga. Em seguida foi o representante do Espírito Santo, Sr. Marcelo Diniz (CERH/ES) mencionou que o estado ainda não outorga recursos hídricos, e que o órgão responsável por esse procedimento é também o órgão ambiental; que a política de recursos hídricos está instituída desde 1998; que o plano estadual de recursos hídricos está sendo analisado pela diretoria do IEMA e que deverá ser encaminhado para a análise das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, para aprovação; que a resolução de critérios de outorga para o estado está sob apreciação da CT do CERH/ES; que os critérios técnicos de outorga estão definidos em portarias do IEMA e enfatizou que as mesmas regulamentam a manifestação prévia e a reserva de declaração hídrica. Comentou sobre o cadastro a ser aplicado para todos os usuários e que, de uma maneira geral, o estado segue os critérios adotados pela ANA. O representante da Bahia, Sr. Fernando (CERH/BA), sucintamente apresentou a Lei nº 6.855/95 que dispõe sobre a política, o gerenciamento e o plano estadual de recursos hídricos e dá outras providências, com foco no capítulo referente a outorga, bem como o Decreto nº 6.296/97, que dispõe sobre a outorga de direito de uso de recursos hídricos, infrações e penalidades e dá outras providências, onde estão estabelecidos os critérios técnicos a serem verificados em um processo de outorga. Apresentou também a minuta de um Decreto que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Informou que a Bahia já possui Plano Estadual de Recursos Hídricos; que as prioridades de outorga são da autoridade outorgante e não dos comitês de bacia, que estão em número de três; que o grande desafio seria a implementação da rede de monitoramento de águas subterrâneas e que, para outorga de qualidade, utilizariam o modelo elaborado pelo Eng. Luciano Meneses. Finalizando as apresentações o representante do estado de Sergipe, Sr. João Carlos (CERH/SE) iniciou sua palestra informando que o estado está dividido em seis bacias hidrográficas, sendo três de rios federais e três de rios estaduais, e que o Plano Estadual de Recursos Hídricos está em fase de elaboração. Comentou sobre a base legal atual; a outorga prévia estar prevista; a existência de resolução específica para os critérios de outorga, que usam os mesmos instrumentos da Lei nº 9.433/97, e ressaltou o número reduzido de técnicos responsáveis pelos processos de outorga, sendo somente dois funcionários. Em caráter complementar, o Sr. João Carlos (CERH/SE) também apresentou a legislação específica sobre o assunto adotada pelo estado do Piauí. Concluídas as apresentações (anexo 1) a Sra. Viviani (SRH/MMA), representante da equipe de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos agradeceu as apresentações, bem como a disponibilização das informações que subsidiarão o aprofundamento dos estudos em elaboração pela ANA, que necessita saber o que ocorre nos estados pois esses posicionamentos influenciarão o Plano Nacional de Recursos Hídricos. A Sra. Leila colocou a CTPOAR a disposição da equipe do PNRH, levantando a necessidade de uma Oficina específica sobre o tema “critérios de outorga” visando atingir uma harmonização entre os critérios já adotados. A Sra. Viviani, novamente agradeceu e assumiu o compromisso de apresentar à CTPOAR os critérios de outorga, tão logo estejam previamente elaborados, para o aprofundamento do assunto e anunciou que estaria buscando ajuda específicas de alguns estados. Após o intervalo de almoço, a reunião foi reiniciada às 14h38, no item 6 da pauta. *Item 6 – Continuação da análise da proposta de resolução que estabelece diretrizes para o Plano de Utilização da Água na Mineração, conforme previsto na Resolução CNRH nº 29 de 11/12/2002 – (Versão 08).* Para a análise da proposta de resolução a Sra. Leila encaminhou para a leitura do documento a partir do item II do art. 2º, onde discutiram e consensaram pela manutenção da definição das medidas de mitigação como sendo conjunto de medidas, propostas pelo empreendedor e aprovadas pela autoridade outorgante, visando

minimizar os possíveis impactos nos recursos hídricos que venham a comprometer os usos múltiplos. A Sra. Maria de Lourdes (CVRD) destacou ser favorável a sugestão 1 existente, na versão 8 (anexo 2), por considerar que a atividade de mineração possui condições de efetuar reposição de água em condições de quantidade e qualidade adequada ao uso, o que deveria ser exigido para todos os usuários. O Sr. Roberto (SRH/MMA) destacou a necessidade da definição ser genérica, considerando os conceitos já sedimentados, assim sustentando a sugestão 2. A Sra. Greice (CEMIG) opinou quanto à sugestão 4, que foi rejeitada devido à dúvida dos demais membros quanto ao responsável pela proposição das medidas mitigadoras. O Sr. Luciano (ANA) comentou que os usuários, quando da solicitação de outorga, deveriam saber sobre os critérios de outorga e os limites de lançamentos de efluentes, considerando que a legislação pertinente possui um limite aceitável de impacto e que, a partir desse limite, seriam necessárias as medidas mitigadoras. Passou-se para os demais artigos da proposta de resolução, onde as discussões concentraram-se em questões de forma, sendo finalizada a análise do documento que recebeu como encaminhamento o envio a CTIL, para análise e posterior apreciação pela plenária do CNRH. Quanto ao *item 6 – Análise das contribuições referentes ao Ofício nº 16 da CTEM*, acordou-se para a análise do mesmo na próxima reunião, tendo a necessidade de serem elaboradas propostas previamente. A reunião foi finalizada às 17h20, pela presidente da CTPOAR, que agradeceu a presença de todos e o empenho para a conclusão da análise da proposta de resolução referente ao Plano de Utilização da Água, assunto este discutido por mais de dois anos nesta CT. Avisou que a próxima reunião provavelmente ocorreria nos dias 09 e 10 de agosto em São Paulo, cujo tema principal seria a inserção do tema “saúde” nos critérios de outorga.

Ata aprovada na 45ª reunião, realizada em 29 de setembro de 2005.

LEILA DE CARVALHO GOMES
Presidente da CTPOAR

RAQUEL SCALIA ALVES FERREIRA
Relatora da CTPOAR